

## Plenária inicia debates para montar “Chapão da Adunesp” às eleições dos colegiados centrais

Em 2017, ainda sem data definida, acontecem as eleições para compor os órgãos colegiados centrais da Unesp: CO, CEPE, CADE, CCEU, CCG e CCPG. Os eleitos terão mandato de dois anos, com a posse no início do ano que vem.

Como ocorreu nos anos anteriores, a Adunesp deu início ao processo de debates que deve culminar na constituição do “Chapão”, reunindo os candidatos que se comprometerem com os princípios estabelecidos pela categoria nas instâncias de discussão e deliberação da entidade. Depois de montado o “Chapão”, a Adunesp fará campanha junto aos docentes para eleger estes candidatos, que defenderão, em cada um dos colegiados centrais da Universidade, as posições políticas e propostas que expressam os interesses da nossa categoria, da comunidade acadêmica como um todo e da universidade pública.

A primeira plenária com esse objetivo aconteceu em 27/7, em São Paulo, e delibrou indicar que membros atuais do Chapão reivindicuem, e façam constar nas respectivas atas no colegiados e comissões assessoras de que participam, o seguinte:

1) que se dê andamento imediato às reuniões da Comissão de Execução Orçamentária do CADE, com a devida prestação de contas requerida pelos seus membros;

2) que os mandatos para esses órgãos sejam sincronizados, de forma que as eleições ocorram sempre na mesma data. No caso dos mandatos serem eventualmente interrompidos, que seja realizada uma eleição de modo que o novo conselheiro complete o manda-



to interrompido quando completar o período para o qual o ocupante anterior foi eleito.

Os presentes também iniciaram um processo de avaliação da atuação dos atuais representantes e listaram os desafios para o próximo mandato, por exemplo: a realização regular de conversas prévias dos representantes antes das reuniões dos colegiados, a escolha de um(a) colega que coordene a bancada de cada colegiado, ou câmara assessora, e se responsabilize por produzir um resumo dos principais pontos discutidos em cada reunião, de modo a promover uma divulgação mais eficaz dos resultados após sua realização.

Uma das tarefas indicadas pela plenária é discutir e atualizar a Carta Programa do Chapão da Adunesp de 2015, que segue anexa a este boletim. As sugestões devem ser trazidas na próxima plenária, já agendada para 23 de agosto. Também já devem ser trazidas as sugestões de nomes, para dar início à montagem do Chapão.

## Campanha salarial

# Esclarecer a categoria sobre a conjuntura e fortalecer a mobilização para o próximo período

Um dos pontos de pauta da plenária da Adunesp em 27/7 foi a campanha salarial deste ano e seus desdobramentos. Os presentes discutiram o indicativo vindo de uma assembleia docente de Rio Claro, de começar o segundo semestre letivo com um movimento de greve nas universidades estaduais paulistas. A avaliação consensual é que, embora não nos faltem razões para ações mais incisivas, a discussão sobre a disposição para desencadear uma greve ainda não está madura na maior parte das subseções da Adunesp, o que não nos autoriza a aprovar esse indicativo neste momento para toda a categoria.

Desta forma, como subsídio à mobilização, uma das tarefas mais importantes na conjuntura atual é esclarecer servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes sobre a grave crise de financiamento imposta às universidades estaduais que estão, literalmente, diante de uma catástrofe iminente. Não solucionadas, as razões que levaram à crise continuarão produzindo seus efeitos nefastos sobre estas instituições e ameaçando sua sobrevivência. São elas:

- A expansão sem recursos perenes, especialmente a partir dos anos 2000.
- A retirada de vários itens da base de cálculo da quota-parte do estado antes do repasse dos 9,57% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para Unesp, Unicamp e USP. De 2014 a 2016, por exemplo, o prejuízo das universidades com esse procedimento foi de cerca de R\$ 1 bilhão.
- A insuficiência financeira: o governo não cumpre o previsto na Lei Complementar 1.010/2007, que criou a SPPrev, que determina explicitamente que cabe ao estado pagar a diferença entre o que é arrecadado de empregados e empregadores e o valor total da folha de aposentados e pensionistas. As universidades têm arcado com essa diferença, que atualmente corresponde a aproximadamente 20% do total de recursos destas instituições, provenientes do ICMS (em torno de R\$ 1,6 bilhão nas três universidades).
- A manutenção dos 9,57% da Quota-Parte do

ICMS para o financiamento das universidades estaduais paulistas em 2018 na lei de Diretrizes Orçamentárias recém aprovada pela Assembleia Legislativa.

O Fórum das Seis conseguiu agendar uma audiência com o secretário da Fazenda do estado, Hélcio Tokeshi, para 28/7. O objetivo é expor a ele em detalhes a questão da insuficiência financeira, seus desdobramentos para o custeio das universidades, e cobrar soluções. Mais detalhes em breve.

Conforme já divulgado, a única novidade na LDO-2018 foi a inserção de um item no Artigo 5º, que trata das universidades, garantindo o repasse do “valor correspondente à participação das Universidades Estaduais no produto da compensação financeira pela exploração do petróleo e gás natural na proporção de suas respectivas insuficiências financeiras decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários, de acordo com o que estabelece a Lei Estadual nº 16.004, de 23 de novembro de 2015”.

De acordo com o deputado Barros Munhoz, líder do governo na Alesp, esse repasse deverá ficar em torno de R\$ 150 milhões a R\$ 200 milhões em 2018 que representa menos do que 1/8 do que dispenderam as três universidades estaduais paulistas com a insuficiência financeira. Só em 2016, segundo dados fornecidos pelas reitorias, o gasto com este item foi de R\$ 1,69 bilhões, com perfil de crescimento ano a ano.

### Solicitação de reunião com o Cruesp

O Fórum das Seis está solicitando o agendamento de uma reunião com o Cruesp. E já requisitou reiteradas vezes que nos sejam fornecidos os valores correspondentes ao montante das reservas financeiras em cada universidade nesta data, com a discriminação das despesas com as quais estão comprometidas, em curto, médio e longo prazos. Até o momento, ambos os pedidos não tiveram retorno.